

APOIO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR

Remodelações à vista no CASES

O CASES, Conselho de Acção Social do Ensino Superior, teve recentemente uma importante reunião em Aveiro. A estruturação, modo de funcionamento, propostas e acção efectiva realizada no âmbito deste organismo, foram pretexto para uma conversa com Leonel Nunes, representante dos alunos da Universidade de Lisboa naquele conselho.

O que é o CASES? É um órgão consultivo ao qual compete apoiar as linhas-mestras da política de acção social no ensino superior, a nível nacional. Compete-lhe ainda propor ao ministro da Tutela a execução de obras públicas. Problemas relativos a bolsas de estudo, residências universitárias, cantinas, serviços médicos-sociais, são alguns dos vectores do âmbito de acção do CASES no qual estão representadas dez universidades: Évora, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior, Coimbra, Algarve, Nova de Lisboa, Técnica de Lisboa, Lisboa (Clássica), Minho (Braga) e Aveiro. Cada universidade está representada no CASES pelo presidente dos Serviços Sociais dessa Universidade, um dos reitores, o vice-presidente dos Serviços Sociais, normalmente um docente de administração e um aluno. O CASES reuniu para apresentar esta proposta de reformulação do regime dos serviços sociais do ensino superior, e para se pronunciar sobre o sistema de acesso aos benefícios sociais, por parte dos alunos que o pretendem.

A «caridadezinha»

«É importante que se ponha de parte uma certa ideia de «caridadezinha» geralmente associada aos benefícios sociais», declarou ao «Tempo» Leonel Nunes.

A bolsa máxima atribuída neste momento é de 21 300\$000. De salientar que, em Lisboa, são muito poucos os alunos que recebem bolsa máxima, segundo Leonel Nunes serão à volta de seis alunos. Esta bolsa é atribuída a estudantes sem

qualquer recurso. Se se considerar que, do montante da bolsa, é imediatamente deduzida a renda para pagamento da residência, renda que varia, sendo de 3 500\$00 para a maioria dos alunos, mas que para os alunos aporcionados é de 5 000\$00, e para alguns estrangeiros pode ser bastante mais cara, temos que os bolsistas ficam com um meagre orçamento para girar todos os meses. Se a isto se somar os preços das refeições nas cantinas

(120\$00), aliado ao facto de não haver cantinas no domingo, a «falta» disponível é reduzida ainda mais. Uma vez que o material escolar, livros, sobretudos, cadernos, esferográficas, etc. não têm qualquer tipo de comparticipação por parte dos Serviços Sociais e pior estão a atingir preços «proibitivos», a este aluno o aluno sem qualquer recurso além da bolsa já está algo atropelado para aguentar o bairro. Acrescenta-se-lhe o passivo social, vestuário, uma bicicleta, tabaco e cinema, aos dias de pouco rendimento, e levados a concluir que vai ter alguma dificuldade em concluir o seu curso em tempo útil. Porque, caso chumba um ano, perde o direito à bolsa de estudos no ano seguinte.

Empréstimo para fazer o curso

Nessa época em que se discute incessantemente a suposta «utilização» do ensino superior, o apoio aos estudantes mais carenciados é questão que cada vez mais se define como controversa e actual.

A necessidade de conformação do sistema de apoio social estudantil, com as mudanças sociais que vivemos, encontra eco

na proposta de reestruturação do CASES discutida em Aveiro. Um esquema de empréstimos, a serem concedidos não só a estudantes como também a residentes-licenciados, é uma das propostas mais interessantes saídas deste CASES. Mas há outras novas formas de apoio social propostas pelo CASES, cuja execução passará pela revogação do art. 4.º do Decreto-Lei 132/80, como sejam: em sede de apoio médico, aviação com médicos, acordos com a Caixa da Previdência para receitas, protocolos entre os Serviços Sociais e clínicas, etc.; a criação de uma bolsa-emprego através de incentivos fiscais às empresas envolvidas e criando um regime jurídico que a viabilize; o lançamento de apoio social aos mestrandos e ainda a criação de incentivos fiscais e financeiros bonificados para a construção, arrendamento ou venda de residências para alojamento estudantil. O CASES propõe ainda a constituição, por parte das Associações de Estudantes afectas aos Serviços Sociais de cada universidade, de um centro de emprego, no qual os alunos se possam inscrever para colaborar em qualquer actividade dos Serviços Sociais. O CASES considera ainda, na mesma pro-

posta de reformulação dos Serviços Sociais, que a obrigatoriedade de manter as verbas imobilizadas na Caixa Geral de Depósitos, sem capitalização, implica, na prática, a transferência económica de verbas da Acção Social Escolar e do Ministério da Educação para terceiros. Assim, o CASES propõe que seja dada permissão para capitalizar verbas que estejam imobilizadas, nos termos legais genericamente adquiridos.

O CASES é preciso

Outro dos objectivos desta proposta de reestruturação é tornar operacional a estrutura do CASES, que se tem revelado difícil de girar, nos termos em que está estruturada. «O CASES é um órgão um pouco «parado», facto que resulta da sua própria composição» — diz, a propósito, Leonel Nunes. Nesse momento, propõe-se uma modificação na estrutura e modo de funcionamento do CASES. Pro-

vê-se a constituição de uma comissão permanente e de quatro comissões especializadas. A Comissão Permanente competirá preparar e dar seguimento às deliberações do CASES, coordenar e divulgar e efectivação das recomendações e estudos

das comissões especializadas, manter organizados os arquivos e documentação do conselho e assegurar o funcionamento corrente do CASES, devendo reunir ordinariamente todos os dois meses. As comissões especializadas serão constituídas por áreas como a de Alimentação e Aproveitamento, Apoio Financeiro e Alojamento, Gestão e Fiscalização e Novas Formas de Apoio Social. Competir-lhes-á apresentar periodicamente relatórios específicos sobre a actividade desenvolvida por cada serviço social e um relatório comparativo global. Deverão também propor e pronunciar-se sobre qualquer assunto da respectiva área.

Suburbanos não passaram

Uma das inovações é ainda a introdução do conceito de «estabelecimento público de ensino superior», que se deve ao facto de o Instituto Superior de Serviço Social, que é um estabelecimento privado, ter neste momento alunos com bolsas mínimas, o que nos estabelecimentos de ensino público, dá automaticamente direito a isenção de propinas. Se estes alunos pedissem isenção de propinas, teriam direito a ela, o que seria algo inócuo. «Achasmos que devem ser os estabelecimentos particulares a dar o apoio social aos seus alunos», declarou-nos Leonel Nunes. A Universidade de Lisboa terá apresentado uma proposta de serem considerados, para efeitos de atribuição de bolsas, os casos dos alunos das zonas suburbanas, que não são considerados como deslocados. «É um problema que não se verifica tanto em outras universidades, mas em Lisboa há muitos alunos nessa situação. Um aluno de Vila Franca de Xira, por exemplo, é considerado como vivendo com o seu agregado familiar», declarou ao «Tempo» Leonel Nunes, que lamenta não ter sido aprovada esta proposta no CASES.

Seu recs Sociais